

Congresso só vota pacote após o dia 19

Nacional
Os deputados e senadores terão até sexta-feira próxima para apresentarem propostas de emendas às duas medidas provisórias do novo pacote econômico. A secretaria do Congresso Nacional já se prepara para receber perto de mil emendas para cada uma das medidas, de acordo com a média registrada pelas MPs mais polêmicas do Plano Collor. Para permitir melhor análise das matérias em discussão, o prazo de emendas foi prorrogado em dois dias.

O primeiro passo formal na tramitação do pacote econômico ocorrerá hoje às 18h30, com a leitura das Medidas Provisórias 294 e 295 no plenário do Congresso Nacional. Durante a mesma sessão, serão conhecidos os nomes dos sete deputados e senadores que farão parte da comissão encarregada de estudar cada uma das matérias. Caberá ao bloco parlamentar majoritário, que reúne partidos aliados ao Governo — PFL e PRN —, indicar os relatores para coordenar a negociação política dos textos. Com base nas emendas oferecidas, os relatores deverão apresentar suas conclusões ao plenário até o dia 16.

No Senado, as lideranças já concordaram que as votações sejam nos dias 19, 20 e 21. A pauta está sendo examinada pelos líderes de bancadas na Câmara dos Deputados. A expectativa do senador Mauro Benevides é de que este cronograma também seja aprovado por aquela Casa.

TESTE

O pacote econômico do Governo passará pelo seu primeiro teste no plenário ainda esta semana. Segundo a resolução nº 1, que regulamenta a tramitação das medidas provisórias, cinco dias após a publicação no Diário Oficial, as medidas passam pelo teste da "admissibilidade": elas só continuarão valendo se forem consideradas "relevantes e urgentes". Não houve nenhuma medida até hoje barrada nessa preliminar.

Depois do deputado César Maia (PDT/RJ), ontem foi a vez do deputado Roberto Freire (PCB/PE) surgir das esquerdas em defesa do pacote econômico. "Nenhum outro plano esteve tão próximo da filosofia dos partidos progressistas como este", avaliou. A bancada do PCB vai propor aos demais partidos da esquerda uma visão mais descendente para com o plano. "Vamos defender o que é

avanço e negociar para tentar mudar o que é atraso", afirmou Freire.

A Mesa do Senado, reunida na manhã de ontem com os líderes de bancadas, sob a presidência do senador Mauro Benevides, decidiu não pagar a ajuda de custo aos senadores pela convocação extraordinária. Manifestaram-se a favor do pagamento da ajuda de custo os senadores Saldanha Derzy e Moisés Abrão, o primeiro é terceiro secretário da Mesa e o segundo é o líder da bancada do PDC.

O senador Mauro Benevides, presidente do Senado, vinha articulando o não pagamento da ajuda de custo desde a semana passada, sustentando que havia impedimentos éticos a justificá-lo. A Mesa da Câmara dos Deputados, reunida pela primeira vez sob a presidência do deputado Ibsen Pinheiro, também decidiu não pagar a ajuda de custo. O editorial de convocação extraordinária do Congresso, que está sendo publicado hoje, dará conta dessa deliberação.

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Mauro Benevides, entende que o não pagamento da ajuda de custo pela convocação extraordinária do Congresso constitui um imperativo de ordem ética. Ao se iniciar a nova legislatura, as duas Casas do Congresso terão que pagar a ajuda de custo aos parlamentares pela sessão legislativa ordinária. "Não teria sentido pagar duas ajudas de custo," explicou Mauro Benevides.

O deputado Ibsen Pinheiro disse que deseja que decisões dessa magnitude sejam tomadas coletivamente pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Na reunião de ontem, por iniciativa do próprio Ibsen Pinheiro, a Mesa da Câmara decidiu não pagar a ajuda de custo, que representaria uma despesa de mais de Cr\$ 800 milhões.

O senador Mauro Benevides disse esperar que o Congresso vote as duas medidas provisórias referidas antes do final do mês de fevereiro. "Ficará muito mal para um Congresso renovado pela posse de novos parlamentares se não votarmos essas medidas em tempo hábil", disse o presidente do Senado e do Congresso.

Na reunião da Mesa do Senado com as lideranças, foi o líder do PSDB em exercício, senador Chagas Rodrigues, quem tomou a iniciativa de colocar o não pagamento da ajuda de custo "como uma imposição ética para nós parlamentares".

JEFFERSON PINHEIRO



Ibsen preside pela primeira vez uma reunião da Mesa: definindo datas para votar